

LUTERO E OS DOIS REGIMENTOS: DISTINÇÃO E RELAÇÃO OU LIBERDADE DE QUEM, QUAIS DIREITOS E QUAL INDIVÍDUO?

LUTHER AND THE TWO REALMS: DISTINCTION AND RELATION
OR WHOSE FREEDOM, WHAT RIGHTS, AND WHICH
INDIVIDUAL?

Joel Biermann¹

Resumo: O tópico do presente artigo trata de uma pesquisa em Lutero e seu pensamento sobre os dois regimentos, tanto em relação à distinção, relação e direitos individuais. Sabe-se que muitos acreditam que a questão da relação Igreja/Estado não é difícil de resolver. Bastaria aplicar a doutrina dos dois reinos de Martinho Lutero. Contudo, a experiência mostra que esta compreensão pode estar equivocada e realmente não se entende muito bem o ensino de Lutero sobre os dois reinos. Lutero não defendia uma separação radical nem defendia uma junção entre os dois. Ele tinha um novo e diferente entendimento. Acertar essa doutrina é importante não apenas para o bom e adequado funcionamento do mundo e de seus governos, mas é ainda mais importante para a prática fiel da igreja enquanto ela cuida de seu trabalho de proclamar o evangelho e testemunhar a verdade de Deus.

Palavras-chave: Lutero. Dois reinos. Liberdade. Direitos.

¹ Professor na área de Sistemática do Concordia Seminary, Saint Louis, Estados Unidos. Texto traduzido por Gabriele Tais Linden Furst.

Abstract: The topic of this article deals with a survey of Luther and his thoughts on the two realms, both in relation to distinction, relationship, and individual rights. It is known that many believe that the question of the Church/State relationship is not difficult to solve. It would be enough to apply Martin Luther's doctrine of the two realms. However, experience shows that this understanding can be mistaken and Luther's teaching on the two realms is not really understood very well. Luther did not advocate a radical separation, nor did he advocate a joining of the two. He had a new and different understanding. Getting this doctrine right is important not only for the good and proper functioning of the world and its governments, but it is even more important for the faithful practice of the church as it goes about its work of proclaiming the gospel and witnessing to God's truth.

Keywords: *Luther. Two kingdoms. Freedom. Rights.*

INTRODUÇÃO

É uma grande honra e um prazer finalmente estar aqui em São Leopoldo com todos vocês. Ao longo dos anos, tive o prazer de conhecer vários alunos excepcionais do Brasil que estudaram no Concordia Seminary, em St. Louis – alguns de vocês ainda terão mais tempo comigo. Cerca de duas décadas atrás, tive o privilégio singular de ministrar um curso de pós-graduação na ULBRA. Éramos todos muito mais jovens, e eu aprendi muito desde então. Mas naquele tempo eu já sabia que a verdade da revelação de Deus que atinge seu clímax na proclamação do evangelho é inabalavelmente a mesma em todas as línguas, culturas e contextos. Que o Filho Eterno – por quem todas as coisas foram feitas e que se encarnou em Jesus Cristo, é o ápice da revelação de Deus e a única esperança para este mundo – é a única verdade essencial de Deus que é constante em todos os tempos e lugares. O evangelho pode ser traduzido em incontáveis idiomas, dialetos e expressões, mas continua sendo a única verdade para todas as pessoas em todos os lugares e para sempre. Sem dúvida, você também está convencido disso. Mas o que é verdadeiro para o evangelho também é verdadeiro para a doutrina que brota do evangelho e então o

apoia e define. Afinal, o ensino ou doutrina ortodoxa nada mais é do que a articulação das verdades eternas de Deus construídas no próprio universo e tornadas explícitas na vida, morte e ressurreição de Jesus. Assim como o evangelho não muda e é relevante em todas as culturas, a doutrina também não muda e é sempre convincente e relevante para todas as pessoas em todos os tempos e lugares.

DOCTRINA ATEMPORAL

Esse é um ponto importante. Frequentemente eu encontro a ideia de que o que Lutero escreveu com tanta perspicácia, sabedoria e compaixão pelo povo cristão é muito bom para o século 16, quando o velho mundo medieval estava em seus últimos suspiros na Europa. Mas, muitas vezes é pressuposto e frequentemente afirmado, que é preciso reconhecer os limites da aplicação de Lutero no novo mundo e em um novo milênio. Quando eu ouço ou leio: “Nós não estamos vivendo na Alemanha feudal, sabia?”, eu penso algo do tipo: “Sim, eu percebi... e daí?” Se Lutero expressou fielmente a doutrina de Deus nas primeiras décadas do século 16, então essa doutrina ainda é verdadeira 500 anos depois, nas primeiras décadas do século 21. A verdade de Deus, a doutrina de Deus não muda.

A sugestão de que Lutero não pode falar com relevância para o nosso mundo moderno nunca é tão pronunciada do que quando se trata do tópico dos dois regimentos ou reinos ou esferas ou governos. Sem dúvida, o mundo mudou drasticamente e praticamente de todas as formas imagináveis desde os dias de Lutero. Politicamente, socialmente, intelectualmente, cientificamente, tecnicamente, filosoficamente e até mesmo teologicamente, o nosso mundo e o mundo de Lutero praticamente não têm semelhança alguma. Então, quando Lutero fala sobre príncipes, reis e imperadores, e seus relacionamentos íntimos e suas interações com a igreja cristã, podemos facilmente concluir que, no que diz respeito às ideias sociais e políticas de Lutero, ele não tem nada a oferecer. Mas essa suposição é absolutamente ignorante e incorreta. Lutero fala a verdade de Deus. A verdade de Deus não muda. Então, quando Lutero acerta sobre essa doutrina dos dois regimentos, ela está certa para sempre. Esta é exatamente a atitude que tomamos quando se trata do Livro de

Concórdia. É verdade agora e sempre para todas as pessoas em todos os lugares. Ponto final.

Mas, embora a articulação da doutrina de Lutero não deva ser questionada, a maneira como sua doutrina é interpretada, ensinada e aplicada deve ser questionada continuamente e verificada em relação ao que Lutero realmente ensinou. E quando se trata do ensino de Lutero sobre os dois regimentos ou reinos, eu aprendi que é preciso haver uma boa dose de verificação especialmente cuidadosa. Aqueles que levam o nome de Lutero têm o terrível hábito de entender Lutero completamente errado quando se trata dos dois regimentos.

Tendo crescido na metade norte do novo mundo, eu, como a maioria dos meus concidadãos, tenho meu próprio hábito terrível de ver o mundo através de uma lente vermelha, branca e azul e eu faço a suposição de que minha própria situação é de alguma forma totalmente singular e exclusiva. Em outras palavras, estou inclinado a atribuir grande parte do problema teológico na confusão da igreja sobre os dois regimentos à influência dos ideais democráticos do Iluminismo que impulsionaram a formação e o desenvolvimento de meu próprio país. Eu continuo convencido de que, no contexto dos Estados Unidos, a influência é inconfundível, especialmente no caso dos nossos pais fundadores, como o pagão Thomas Jefferson com seu “muro de separação” entre igreja e estado. A ideia de uma divisão absoluta entre o espiritual e o secular, entre o eclesiástico e o político, entre Deus e o mundo, tornou-se parte da descrição padrão do mundo cuidadosamente cultivada em cada jovem ianque americano. Os luteranos nos Estados Unidos dificilmente estão imunes. Mas enquanto Jefferson articulava a nítida bifurcação entre religião e política, tal ideia encontrava base firme onde quer que os ideais do Iluminismo dominassem. De fato, vale lembrar que foi no Velho Continente, em solo alemão, que ocorreu o que foi, provavelmente, o exemplo mais flagrante da bifurcação da vida espiritual e da vida cotidiana durante a ascensão do Terceiro Reich (o império alemão). Enquanto a ideologia e a agenda anticristãs cada vez maiores tomavam conta do país, a igreja de bom grado e até ansiosamente seguiu em frente, invocando a distinção entre religião e política ou fé e vida como justificativa para uma bifurcação entre a confissão de Cristo no domingo e a adulação do senhor e chefe Führer deles na segunda-feira.

Claro, havia muitas vozes na igreja que condenavam essa divisão radical, incluindo Dietrich Bonhoeffer com sua crítica contundente ao pensamento em termos de duas esferas, e também Karl Barth, que realmente inventou o termo “Doutrina dos Dois Reinos de Lutero” como uma crítica e acusação fulminantes contra os xarás de Lutero no século 20, que foram cúmplices de um grande mal e procuraram justificar suas ações e inações apelando para a distinção de Lutero dos dois regimentos. A avaliação negativa de Barth sobre a doutrina dos dois reinos estabeleceu o padrão para outros no século 20, e aqueles dispostos a endossar e promover o ensino eram bastante raros até o final do século. Mas, como Bonhoeffer viu claramente já na década de 1940, não foram Lutero nem o ensino da Reforma os culpados pelo desastre que foram os cristãos alemães. Foram aqueles que falharam em ouvir o que Lutero realmente ensinou e praticou que bagunçaram o ensino luterano e desastrosamente deram apoio a uma tragédia surpreendente criada puramente pela depravação humana. Portanto, entender os dois regimentos de maneira errada não é apenas um problema para os luteranos americanos. Os cristãos alemães conseguiram fazer isso mesmo sem a ajuda de Jefferson.

Talvez os sul-americanos também tenham dificuldades. Ou talvez suas próprias lutas locais tendam na direção oposta – outro fenômeno muito comum no norte da América ultimamente. Embora certamente existam luteranos que ainda defendem a separação resoluta entre religião e política, há outros dispostos a jogar sua sorte com os cristãos evangélicos que são campeões em recapturar uma gloriosa, mas mítica, era de ouro quando os Estados Unidos eram uma nação cristã. De fato, alguns grupos estão prontos para ir ainda mais longe e se esforçam para confundir e apagar todas as distinções entre o reino temporal e o reino espiritual. Defensores do nacionalismo cristão aparecem não apenas entre as correntes evangélicas, não denominacionais e pentecostais do cristianismo americano, mas também entre os luteranos conservadores. Eles lutam por uma afirmação deliberada e pela aplicação do que eles consideram ser as verdades cristãs, e alguns não hesitam em defender a violência necessária para atingir tal objetivo. Eu me pergunto se a situação é diferente aqui no Brasil. Certamente existem paralelos políticos e sociais notáveis entre nossos dois países mais populosos do Oeste, que se espelham em ambos os lados do equador. Eu suspeito que existam paralelos semelhantes entre nossas respectivas igrejas luteranas que estão se esforçando para serem

fiéis à nossa confissão comum enquanto vivemos em um mundo cada vez mais anticristão.

O PADRÃO CONFESSIONAL

Então, qual é a nossa confissão comum em relação aos assuntos dos dois regimentos? O texto fundamental é certamente a Confissão XVI de Augsburgo:

Da ordem política e do governo civil se ensina que toda autoridade no mundo e todos os governos e leis ordenados são ordenações boas, criadas e instituídas por Deus, e que cristãos podem, sem pecado, ocupar o cargo de autoridade, de príncipe e de juiz, proferir sentença e julgar segundo as leis imperiais e outras leis em vigor, punir malfeitores com a espada, fazer guerras justas, combater, comprar e vender, fazer juramentos requeridos, possuir propriedade, casar, etc. Pois o evangelho [...] não abole o governo civil, a ordem política e o casamento, querendo, ao contrário, que se guarde tudo isso como genuína ordem divina e que cada qual, de acordo com sua vocação, mostre, em tais ordenações, amor cristão e obras verdadeiramente boas (MELANCHTHON, 2006, p.35).

Uma grande quantidade de verdade doutrinária está em ação aqui. Há a afirmação do reino material criado, a compreensão de que Deus é o senhor até mesmo do mundo caído e que ele trabalha por meio das instituições deste mundo para cumprir seu propósito, e, sem dúvida, a distinção entre os regimentos espiritual e o temporal que fornecem a estrutura para o sustento da autoridade secular por Melanchthon e a pronta participação do cristão. Hoje, quero me concentrar em um aspecto vital dessa confissão que recebe muito pouco peso. Mas, primeiro, vamos ter certeza de que entendemos e concordamos corretamente sobre a dinâmica da relação entre os dois regimentos, o temporal e o espiritual, ou a mão esquerda e a direita, se vocês preferirem. Precisamos esclarecer isso se quisermos fundamentar corretamente nossa compreensão do papel do cristão e da igreja no mundo ao redor. Como tenho outros assuntos urgentes a cobrir, farei isso o mais brevemente possível.

Como de costume quando se trata de articulação doutrinária, Lutero forneceu uma declaração contundente e impactante da verdade de Deus em relação aos dois regimentos. Sua posição era consistente desde a década de 1520, quando ele escreveu seus conhecidos tratados sobre a autoridade secular e a salvação dos soldados, até o final de sua vida, quando abordou questões semelhantes relacionadas aos dois regimentos em comentários sobre o Sermão do Monte e vários salmos. O mais significativo, talvez, foram suas ações. O que Lutero pregou, ele praticou consistentemente em sua casa e em suas frequentes interações com a esfera política. Ele morreu durante uma difícil jornada de inverno que realizou para ajudar a resolver uma rixa entre irmãos luteranos que também eram condes – em outras palavras, príncipes ou governantes civis. Lutero viveu seu compromisso com o ensino dos dois regimentos.

O ensinamento é simples, abordando a questão: “Como Deus trabalha, hoje, neste mundo caído?” Resposta: Deus trabalha de duas maneiras distintas. No reino espiritual, ele trabalha para entregar o perdão dos pecados conquistado pela vida, morte e ressurreição de Jesus, tornando assim os humanos caídos em paz com seu Criador e libertos do medo, da morte e do inferno para sempre. No reino temporal, Deus trabalha para sustentar o mundo material e impedi-lo de sucumbir aos estragos resultantes da recusa rebelde do homem em viver de acordo com a vontade de Deus. No reino espiritual, Deus usa sua igreja e seus pastores para entregar o evangelho a fim de realizar seu propósito de reconciliar as pessoas com ele pela graça por meio da fé somente em Jesus Cristo. No reino temporal, Deus usa seu estado e seus príncipes para defender a lei, impor a justiça e conter os desígnios malignos dos homens maus e do próprio Satanás. Os pastores usam os meios da graça para fazer a obra do evangelho, e os príncipes usam a espada para fazer a obra da lei. Entre esses dois regimentos há uma clara distinção, mas não um divórcio; entre o reino espiritual e o reino temporal há uma cooperação intencional sem confusão.²

² Para um maior desenvolvimento e um gráfico simples delineando a tensão dinâmica entre os dois regimentos, veja Joel Biermann, *Wholly Citizens: God’s Two Realms and Christian Engagement with the World*. Minneapolis: Fortress, 2017, especialmente as páginas 108-155.

OS ERROS PADRÃO

Esse é o coração do ensinamento luterano; é simples assim. Mas a prática e a aplicação da doutrina são complexas e, portanto, infinitamente fascinantes e interessantes – e infinitamente incompreendidas e confundidas. Os erros, já notados acima, tendem a cair na direção de muita distinção ou, por outro lado, de muita confusão. O próprio Lutero começou lutando contra a confusão do estabelecimento constantiniano de uma inter-relação estruturada e emaranhada entre a igreja e o estado que criou problemas enormes em seu mundo medieval. Os abusos dos bispados sendo comprados por príncipes, enquanto os bispos, por sua vez, estavam ocupados reunindo seus próprios exércitos, estão claramente em mente no artigo final da Augustana, quando Melancthon explica o trabalho adequado do clero – e esse trabalho definitivamente não é empunhar a espada ou jogar jogos políticos com e para os príncipes do mundo. Deus coloca homens no cargo de pastor para entregar seu evangelho. Ele coloca homens no cargo de príncipe para aplicar a sua lei. Executar os dois propósitos juntos é desastroso para ambos, mas é a igreja e seu povo que mais sofrem. Quando os pastores não estão cumprindo a tarefa que lhes foi dada por Deus, o povo perde seu pregador do evangelho. O próprio coração da igreja é arrancado e pisoteado.

É o medo de perder o evangelho que provavelmente leva ao erro oposto, pelo menos entre os cristãos. O outro erro comum, aperfeiçoado por aqueles do mundo secular, é o esforço para construir e reforçar um muro entre os dois regimentos. Entre os cristãos, esta é uma lamentável aplicação incorreta do ensinamento de Jesus. Isso acontece até mesmo entre os luteranos. Essa variedade de defensores equivocados e errantes do luteranismo faz o possível para garantir que a mão esquerda nunca saiba o que a mão direita está fazendo e vice-versa. Como resultado dessa bifurcação absoluta, a igreja inevitavelmente cai no isolamento e na irrelevância e perde seu papel no mundo. O estado também sofre porque perde o discernimento, o desafio e o testemunho da igreja.

Essa postura de completa separação é frequentemente justificada pela crescente animosidade e intolerância da cultura ao redor em relação à igreja. Impulsionado pelo medo de ser poluído ou mesmo destruído, o chamado é feito rotineiramente entre os crentes fiéis para se unirem em defesa de um interesse comum, para abrigarem-se entre si e lutar conforme for necessário

para manter a posição estabelecida da igreja. Em seus últimos anos, quando os príncipes começaram a desfrutar da relativa autonomia e liberdade dos jogos e manipulações da igreja dada a eles por seu próprio ensino, Lutero se opôs a esses príncipes orgulhosos e lembrou aos pastores de sua tarefa dada por Deus de responsabilizar o príncipe e o estado em sua tarefa de honrar e manter a verdade revelada na lei de Deus, que Deus estabeleceu para o funcionamento correto do mundo. Lutero acreditava que pastores e príncipes deveriam ficar fora dos negócios uns dos outros; mas ele não acreditava que eles deveriam ignorar a abdicação do dever um do outro ou o fracasso em atender à vontade de Deus. A inter-relação entre os dois regimentos era bastante dinâmica para Lutero, e a linha que os distinguiu era bastante flexível e inteiramente permeável. Quer o erro seja a confusão dos dois regimentos ou seu divórcio, ambos os erros são totalmente comuns ainda hoje; e ambos entendem o ensino de Lutero completamente errado.

Seria fácil gastar ainda mais tempo explorando as complexidades, perigos e possibilidades da interface entre as duas maneiras de Deus realizar seus propósitos neste mundo por meio dos dois regimentos. Penso, porém, que pode haver um benefício considerável em pegar as ideias básicas desse paradigma vivo e hábil e colocá-las em uso, explorando três áreas específicas que parecem representar um desafio significativo para a autoconsciência e o testemunho da igreja ao mundo ao seu redor nestas primeiras décadas do terceiro milênio desde a encarnação de nosso Senhor, ou como o reino temporal agora prefere, o terceiro milênio da era comum. Em vez de oferecer estudos de caso específicos ou situações que podem ou não ser de interesse, vou oferecer três ideias poderosas que desempenham um papel fundamental nos Estados-nação ocidentais modernos nos quais todos nós agora vivemos, cultuamos, trabalhamos e atuamos. Cada um dos três tópicos é capturado com sua própria palavra de definição singular e significativa: liberdade, direitos e o indivíduo.

LIBERDADE

De todas as ideias abrangentes e subjacentes que moldaram e continuam a conduzir não apenas o governo, mas também os cidadãos dos Estados Unidos, provavelmente a mais central e duradoura é o ideal de

liberdade ou autonomia/independência. Três noites atrás, eu estava reunido no coração da América com todos os meus filhos e netos e sogros do meu filho enquanto observávamos nossa festa anual de verão celebrando o Dia da Independência, embora raramente chamemos esta festa dessa forma; é apenas o 4 de julho. E uma observância adequada ocorre durante o dia 4 inteiro, com churrascos, piqueniques e jogos de quintal, tudo culminando no show de fogos de artifício quando o sol finalmente se põe. É divertido demais. Eu amo o 4 de julho. E este ano, o evento foi acelerado para todos, para que eu pudesse pegar um avião para o sul no dia 3 de julho. Não tenho certeza se o 7 de setembro de vocês carrega um significado semelhante, uma ênfase familiar ou um grau de investimento por parte dos cidadãos comuns; mas suspeito que a liberdade seja um ideal sagrado em seu país, assim como no meu. “Dê-me a liberdade ou a morte!” tem sido um grito de guerra padrão desde que foi proferido pela primeira vez por Patrick Henry em 1775.

A maioria das pessoas hoje em dia simplesmente aceita que a liberdade é um dos grandes e duradouros alicerces do ser humano. Jean-Jacques Rousseau preparou o palco para Henry uma década antes com seu famoso ditado: “O homem nasce livre, mas por toda a parte encontra-se acorrentado”. A noção de liberdade inerente à humanidade é uma marca registrada do pensamento iluminista que estava encontrando sua voz e estava expandindo sua influência de maneiras notáveis e inebriantes, à medida que ideias antigas sobre autoridade, verdade e ser humano foram derrubadas. Deixando de ser apenas ideias para intelectuais e sonhadores, os princípios do Iluminismo penetraram até mesmo no pensamento das pessoas comuns e tornaram-se o projeto definitivo para a construção do grande experimento social e político que viria a ser conhecido como os Estados Unidos da América. Não surpreende, portanto, que a liberdade continue a ser celebrada como uma das poucas noções sagradas remanescentes entre os herdeiros do Iluminismo. Construimos a nossa nação e as nossas vidas em cima dessa ideia.

Mas o que é particularmente fascinante do ponto de vista da relação entre os dois regimentos é o esforço entre os protestantes para alinhar o ideal iluminista de liberdade com o que é considerado um axioma central da confissão cristã. Afinal, não foi o próprio apóstolo Paulo quem declarou isso em sua carta aos gálatas: “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou;

portanto, mantenham-se firmes e não se sujeitem novamente a um jugo de escravidão” (Gl 5.1)? Isso soa exatamente como o tipo de coisa que um patriota do século 18 poderia ter dito. A sobreposição com nosso ideal democrático ocidental parece ser quase perfeita. Algumas décadas atrás, lembro-me de ter visto um grande outdoor em uma cidade do sul dos Estados Unidos que declarava: “Liberdade! Criada por Deus, paga por Cristo e defendida pelos veteranos”. Embora tal expressão de fé tão explicitamente cristã seja menos popular nos Estados Unidos do que costumava ser, esse modo de pensar certamente não desapareceu. Na verdade, acho que é seguro dizer que a maioria dos cristãos conservadores, que creem na Bíblia e louvam a Cristo nos Estados Unidos estão bastante confiantes em sua convicção de que a liberdade que celebram todo 4 de julho no Dia da Independência é o mesmo tipo de liberdade que eles comemoram todo dia 31 de outubro no Dia da Reforma. Liberdade política significava que reis e tiranos não podiam controlar sua vida, e liberdade religiosa significava que um papa também não podia fazer isso. Tudo isso simplesmente pressupõe que a liberdade espiritual proclamada por Paulo é não apenas o fundamento, mas também se alinha perfeitamente com toda essa maravilhosa liberdade moderna. Mas isso é definitivamente e criticamente errado.

No Iluminismo, a liberdade é entendida como liberdade de interferência. Ninguém pode obrigar você a fazer o que não quer fazer. Cada pessoa é livre para seguir quaisquer opções, sonhos, atividades ou crenças que escolher. Essa liberdade significa que a vida de uma pessoa não é determinada ou gravada em pedra por nenhuma autoridade que não seja a própria pessoa. Em uma palavra, a liberdade iluminista é a celebração da autonomia. Não mais sob o domínio de tiranos arbitrários, livres de instituições autoritárias e superstições que tentavam ditar comportamento e crença, homens e mulheres modernos foram liberados para viver vidas autônomas. Cada pessoa é, em si mesma, como a própria palavra deixa claro, a única fonte e autoridade para as leis e regras que vinculam e dirigem a vida com autoridade. Cada pessoa se torna uma lei para si mesma. Ao governo, então, cabe a tarefa de negociar a forma como todos esses indivíduos livres e autônomos conseguirão conviver. Este é o legado da teoria do contrato social; e este é o padrão para a democracia liberal clássica que molda nossas vidas e que a maioria dos cristãos considera ser a melhor forma de governo – pois ela é, afinal, aquela que defende a liberdade.

Mas a liberdade de São Paulo (e de Deus!) e a liberdade do Iluminismo são duas coisas muito diferentes. Reinhard Hütter oferece uma excelente definição de liberdade genuína, isto é, cristã, como “a representação verdadeira da existência criada” (HÜTTER, 2001, p.119). Em outras palavras, ser livre é pensar e, mais importante ainda, viver, em sintonia com o que significa ser uma criatura. Ser livre é ser o que você deveria ser. Para aqueles comprometidos com os ideais do Iluminismo, o único dever ou obrigação que carrega algum peso é o “eu”. Tudo o que o “eu” determina como certo e necessário acaba sendo o único padrão normativo disponível. Essa situação moderna generalizada é corretamente chamada de niilismo, mas esse é outro tópico para outra ocasião. Para os cristãos, a representação verdadeira da existência criada significa viver de acordo com o plano do Criador. E o plano do Criador para sua criação é, nos termos mais simples, o que chamamos de lei. Esta é a definição da lei encontrada no Livro de Concórdia: “De sorte que, tanto para o penitente como para o impenitente, para os homens regenerados como para os não regenerados, a lei é e continua uma única lei, a saber, a imutável vontade de Deus” (MELANCHTHON, 2006, p.517-518). Os cristãos não reivindicam o indivíduo autônomo como o ápice da realização humana. De fato, os cristãos rejeitam a própria noção de autonomia como nada além de autoafirmação humana deliberada que equivale à idolatria.

A LIBERDADE DE LUTERO

Lutero deu uma expressão poderosa à rejeição do “eu” autônomo em dois escritos monumentais da terceira década do século 16. Em “Sobre o servo arbítrio”, Lutero deixou claro em 1525 que, como seres humanos, não reivindicamos uma liberdade autônoma de qualquer tipo – certamente não com relação às coisas espirituais. Mas Lutero seguiu a doutrina cristã correta e levou seu ponto além dos limites da lógica e da experiência e argumentou que mesmo nas coisas abaixo de nós, isto é, nas coisas desta vida, qualquer noção de liberdade era mais uma ficção e uma questão de definições distorcidas do que um aspecto essencial do nosso ser humano. Esta dura verdade é fundamental para uma confissão luterana. Nós não escolhemos Deus, ele nos escolhe. Não somos os senhores de nossas

vidas. Cristo é Senhor e Mestre. Qualquer noção de autonomia humana é totalmente demolida pelo ataque implacável de Lutero ao livre-arbítrio. Cinco anos antes, no primeiro impulso da descoberta do evangelho por Lutero, ele abordou a questão da liberdade humana diretamente em seu famoso tratado, “Liberdade do Cristão”. Este é o maravilhoso argumento de Lutero baseado nos dois tipos de justiça que começa com aquelas duas sentenças aparentemente contraditórias: “Um cristão é um senhor de tudo perfeitamente livre e sujeito a ninguém. Um cristão é um servo de todos perfeitamente obediente e sujeito a todos” (LUTERO, 1957, p.343).

Mas quando a verdade é apreendida, percebe-se que não há nenhuma contradição ou mesmo paradoxo aqui. O que temos é simplesmente a poderosa declaração da dupla realidade da justiça cristã. Diante de Deus somos completamente libertos pela graça de Cristo e não devemos nada a ninguém – nem mesmo a Deus, porque a perfeita justiça de Cristo foi imputada e aplicada a nós. Quando Deus olha para nós, ele vê Cristo. Não somos mais culpados; não estamos mais em dívida; somos os próprios filhos e filhas de Deus destinados à eternidade no reino eterno de Cristo. Nós somos livres.

Enquanto isso, por outro lado, em nossas relações com o restante da criação, perante o mundo, somos servos. Fomos colocados por Deus em relacionamentos e circunstâncias que vêm com expectativas definidas e que fazem exigências severas sobre nós. Nosso Criador deu a cada um de nós uma série de vocações que somos chamados a cumprir pelo bem daqueles que nos rodeiam. Temos vocações específicas em nossas famílias, em nossos bairros, no trabalho ou na escola, para com nossos concidadãos e para com nosso governo. Em cada vocação, temos deveres a cumprir e tarefas a cumprir para o bem-estar de nossos semelhantes e para o bom e seguro funcionamento da criação. Essa é a própria essência da vida cristã, que nada mais é do que o auge da vida humana, pois o objetivo da obra de Cristo é nos tornar mais uma vez o que Deus pretendia que fôssemos antes de arruinarmos tudo com nossa rebelião e pecado. Assim é que os cristãos vivem com liberdade diante de Deus e com obrigação perante o próximo.

Mais adiante no mesmo escrito, Lutero escreve assim:

Concluimos, portanto, que o cristão não vive em si mesmo, mas em Cristo e em seu vizinho. Caso contrário, ele não é um cristão.

Ele vive em Cristo pela fé, em seu próximo através do amor. Pela fé ele é arrebatado além de si mesmo em Deus. Por amor, ele desce abaixo de si para o próximo (LUTERO, 1957, p.371).

É difícil imaginar uma articulação mais concisa ou bonita da totalidade da vida cristã. A fé governa nosso relacionamento diante de Deus, no qual recebemos passivamente a graça e a justiça de Cristo. E o amor governa nossos relacionamentos perante o mundo enquanto servimos ativamente aqueles ao nosso redor de acordo com a vontade de Deus. E, de forma notável e chocante, está ausente da fórmula qualquer afirmação positiva do “eu”. Em vez disso, na definição de Lutero, o “eu” vive apenas e sempre fora de si mesmo e nunca para si mesmo. Para o cristão, liberdade significa ser o que Deus o criou para ser. Significa ser servo dos que estão ao seu redor e se esforçar para fazer a vontade de Deus – porque, afinal, foi para isso que você foi criado. Em suma, a liberdade cristã não se parece em nada com a liberdade que é considerada central e sagrada no mundo iluminista ao nosso redor. De todas as maneiras que importam, a liberdade iluminista é antitética à liberdade cristã. E, no entanto, a liberdade cristã, quando compreendida corretamente, sempre empurra o crente para o mundo caído e mal orientado para fazer o que Deus direciona. O mundo ao redor não é evitado, mas amado e abraçado.

DIREITOS HUMANOS

Intimamente relacionado com a liberdade está o conceito de direitos. De acordo com a história em forma de Iluminismo que impulsiona os Estados-nação democráticos em que todos vivemos, a liberdade da humanidade é garantida e exercida por meio de nossos direitos humanos inalienáveis, como a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Pelo menos é assim que é apresentado na Declaração de Independência de Jefferson. Mas a afirmação de direitos de Jefferson não foi a primeira nem a última. Em seguida, veio a Declaração de Direitos com a preservação de direitos essenciais, como liberdade de expressão, reunião, religião e nosso peculiar direito vermelho, branco e azul de portar armas. Foi a Organização das Nações Unidas, porém, que levou a discussão ao ápice ao emitir, em 1948,

a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este documento robusto enuncia uma infinidade de direitos humanos, incluindo personalidade, religião, educação, trabalho, lazer, refúgio, cidadania e casamento. Toda essa conversa sobre direitos humanos básicos soa esplêndida e profundamente correta para nossos ouvidos treinados no Ocidente. E assim, a maioria dos cristãos ocidentais, incluindo os luteranos, pressupõe que esse conceito de direitos inalienáveis ou inerentes que nos pertencem em virtude de nossa humanidade é simples e patentemente verdadeiro. Mas, embora a conversa sobre direitos possa fazer sentido no mundo ao nosso redor e desfrutar de uma primazia incontestável nos grandes documentos e textos que moldam e dirigem nossas interações políticas e sociais nos Estados-nação em que vivemos, a conversa sobre direitos não é uma conversa cristã.

A ideia de direitos humanos inerentes é construída sobre a convicção do valor de cada pessoa como criatura – uma convicção que encontra sua base em nada mais do que uma afirmação feita por seres humanos. É uma abordagem totalmente antropocêntrica. Aqueles que estão comprometidos com uma base bíblica muitas vezes entram nesse ponto e oferecem o que lhes parece uma base muito melhor, a da *imago Dei* ou imagem de Deus. Uma vez que homens e mulheres foram criados juntos à imagem de Deus, conclui-se que ter essa imagem de alguma forma confere dignidade e valor ao nosso ser humano. Mas este é um argumento que a Bíblia não faz. Há duas referências bíblicas passageiras à imagem de Deus após o relato da criação, uma proibindo o assassinato (Gn 9.6) e a outra proibindo amaldiçoar (Tg 3.9); ambas estão sujeitas a várias interpretações, nem todas afirmam uma ideia de valor inerente ao homem. O que pode ser argumentado corretamente a partir da confissão cristã é que o homem tem valor não inerentemente em virtude do fato de ser humano, mas apenas porque é amado e redimido por Deus. Valor e dignidade não vêm de dentro como parte de seu ser, mas são dados a ele de fora.

Esta é uma distinção extremamente importante. O homem não é importante simplesmente porque é um ser senciente que pensa e cria cultura. Ele é importante porque Deus diz que ele é. O homem tem valor porque Cristo morreu por ele. Fundamentar a dignidade no ser humano torna o homem o centro. Fundamentá-la na escolha de Deus mantém Deus como o foco e qualifica severamente a suposta dignidade do homem e consequentes direitos. Tudo isso se torna extremamente claro se imaginamos qualquer

criatura diante do Criador e Senhor do universo e tendo a ousadia de invocar seus direitos. “Deus, eu tenho direito à comida, abrigo e amizade: dê-me essas coisas.” Ou “Deus, eu tenho direito à vida, exijo que você honre isso”. Tal cenário fantasioso é mais do que desconfortavelmente irreverente, é blasfemo. Deus não deve nada a ninguém. Vivemos sempre e somente pela graça. A ideia de direitos humanos inerentes não se baseia na confissão cristã, mas no Iluminismo. Quando Lutero discute direitos, é no contexto dos direitos concedidos a diferentes classes de pessoas. Ele tem em mente as prerrogativas necessárias que tornam possível o cumprimento de qualquer vocação. Assim, Lutero pode argumentar com razão que um príncipe tem direito à espada e um pai o direito de governar sua casa e um pastor o direito de pregar. Mas nenhum desses direitos são direitos humanos inerentes, eles são graus de autoridade necessários concedidos para o cumprimento bem-sucedido de uma tarefa dada por Deus. Essa deveria ser a extensão da conversa sobre direitos entre os cristãos.

Dietrich Bonhoeffer captou lindamente essa ideia e fez uma poderosa aplicação ao considerar o relacionamento da igreja com o mundo ao redor. Ele argumentou perspicazmente que a igreja deveria se ver não como mais um vendedor no mercado de ideias, nem como uma religião ou modo de vida que se pudesse escolher livremente e que tivesse direito a todas as proteções legais, assim como qualquer outro grupo ou instituição. Não, a igreja era profundamente diferente. A igreja era a presença de Cristo no mundo. Era o meio de salvação do mundo. Era o testemunho da verdade de Deus. Era como seu Senhor em nunca exigir espaço ou devido processo ou posição igual a qualquer série de grupos de interesse ou direitos especiais. De quanto espaço a igreja precisa? Aproximadamente a mesma quantidade de espaço, insiste Bonhoeffer, que foi necessária para o menino Jesus. Bonhoeffer explicou desta forma:

Este espaço da igreja, então, não é algo que existe por conta própria. É desde o início algo que vai muito além de si mesmo, pois de fato não é o espaço de algum tipo de associação cultural que teria que lutar por sua própria sobrevivência no mundo, mas é o lugar onde se dá testemunho do fundamento de toda realidade em Jesus Cristo [...] A Igreja não tem o desejo nem a obrigação de estender seu espaço para cobrir o espaço do mundo. Ela não pede mais espaço do que o necessário para servir o mundo, dando testemunho de Jesus Cristo

e da reconciliação do mundo com Deus por meio dele. A única maneira pela qual a Igreja pode defender seu território é lutando não por ele, mas pela salvação do mundo (BONHOEFFER, 1955, p.199-200 – tradução nossa).

Esta é uma passagem extraordinária e que, na minha perspectiva, é pouco compreendida e muito menos praticada na igreja no contexto norte-americano. Com muita frequência, os cristãos sucumbem à perspectiva padrão baseada em direitos, assumem os direitos de si mesmos e de sua igreja e depois lutam para que esses direitos sejam respeitados de todas as maneiras que podem, seja influenciando os líderes do governo por meio de pressão ou assinando petições legais nos tribunais. Pior ainda é a suposição entre muitos cristãos de que a posição privilegiada e confortável da igreja no mundo ocidental é um direito dela e algo a ser defendido ou restabelecido conforme necessário. Os cristãos mais tentados por esse modo de agir muitas vezes ficam grande e legitimamente entristecidos pela perigosa descida do Ocidente ao relativismo moral, à libertinagem e à autoindulgência, especialmente no que diz respeito à sexualidade e à correspondente rejeição e até mesmo à difamação da igreja e de seu modo de viver. Mas a igreja e seu povo devem ser claros sobre seu propósito e objetivo dados por Deus. Sua razão de ser não é a preservação da igreja: é a salvação do mundo. A igreja não precisa manter ou aumentar sua posição, ela precisa testemunhar a verdade de Deus em Cristo.

O INDIVÍDUO

Finalmente e brevemente, o contraste marcante entre a visão do mundo e a da igreja no que diz respeito ao indivíduo merece alguma atenção no que diz respeito tanto à liberdade quanto aos direitos. No mundo do Iluminismo ocidental, restam muito poucas coisas sagradas. Um após o outro, cada coisa que já ocupou um lugar em nossa cultura ocidental como bom, certo e verdadeiro por si só foi derrubada. A Bíblia foi denunciada, depois a igreja, depois as crenças da igreja e suas práticas. O casamento logo sucumbiu, assim como a família. A nação permanece, mas em um novo papel como provedora de serviços e árbitra entre as concorrentes reivindicações de direitos. Claro, a maioria dessas instituições ainda é

elogiada no momento apropriado e no lugar certo, mas as forças que impulsionam o Ocidente em suas convicções e compromissos continuam incansavelmente seu trabalho subversivo, e a erosão é quase completa. Indiscutivelmente, a única coisa que resta em nossa cultura que mantém a aceitação quase universal como um grande bem não qualificado e autoevidente é o “eu” humano.

Em seu livro recente, *The Rise and Triumph of the Modern Self*, Carl Trueman conta a história da ditadura do individualismo ocidental e lança uma luz particular sobre a ascendência da sexualidade como a expressão suprema de um “eu” individual (TRUEMAN, 2020, p.78). Com o “eu” entronizado como o bem supremo, os únicos pecados remanescentes são a inautenticidade do “eu” e a recusa em afirmar os “eus” escolhidos por outros. Além da exigência de tolerância, torna-se não apenas um privilégio, mas também uma expectativa e obrigação de ser fiel a si mesmo. É claro que todo o resto da sociedade deve, obedientemente, seguir o que quer que cada “eu” tenha determinado como verdadeiro e certo para si mesmo. Isso é muito mais do que apenas um problema do hiper pluralismo, relatividade e solipsismo. O problema agora é que, sem nenhuma verdade ou base disponível além do “eu”, a fundação tão rotineiramente frágil, de fato, inevitavelmente desmorona e deixa o infeliz “eu” – e tragicamente e com muita frequência também aqueles mais próximos a esse “eu” – em pedaços.

Curiosamente, a resposta da igreja fiel a esse respeito não é uma rejeição total do “eu”, ou mesmo uma supressão do “eu”. Longe disso. De fato, a verdade cristã realmente celebra o grande significado do “eu” individual e pessoal. Cada um de vocês não existe simplesmente como engrenagens em uma grande máquina ou como meras faíscas de algum princípio divino unificador destinado a ser engolido novamente em um campo de energia amorfo e totalmente consumidor de divindade nebulosa. Não, assim como Deus planejou, cada um de nós foi feito em corpo, alma, personalidade e comunidade o ser humano único que cada um de nós é. E no último dia, cada um de nós será ressuscitado como o indivíduo exclusivamente criado e moldado que Deus sempre planejou que cada um de nós fosse. E ainda, embora sejamos indivíduos, não somos autônomos. Não, nós somos receptivos ao que Deus dá e obedientes ao que Deus dirige. Somos criaturas, não senhores. Somos submissos, não autoafirmativos. Nós celebramos o plano de Deus, abraçamos sua vontade e seguimos sua

lei. Ele dá as ordens para que possamos prosperar em seu reino, sendo cada um de nós os indivíduos específicos que ele criou para sermos. Você não é um “eu” sagrado. Você é um ser criado por Deus, amado por Deus e redimido por Deus. Você é importante por causa da obra de Deus. Isso significa que sua identidade não é um projeto que você deve realizar, mas um dom que você recebe de Deus e dos que estão ao seu redor. Sua individualidade é um presente a ser valorizado, não um fardo a ser carregado ou um problema a ser resolvido.

Claramente, a igreja e o mundo ocidental têm avaliações diametralmente opostas do lugar e da importância do “eu”. E isso torna a tarefa de fielmente ser a igreja nesta sociedade neste momento ainda mais desafiadora. Como Trueman observa, “a estrutura para a identidade na sociedade mais ampla é profundamente enraizada, poderosa e fundamentalmente antitética ao tipo de identidade promovida como básica na Bíblia” (TRUEMAN, 2020, p.393). Proclamar e viver uma compreensão cristã de si mesmo e do lugar de cada pessoa no plano de Deus é parte essencial do testemunho que devemos dar para o bem do mundo.

CONSIDERAÇÕES

Considerar as questões dos dois regimentos no contexto da liberdade, dos direitos e do indivíduo não é exatamente uma abordagem padrão para descompactar e explorar a doutrina dos dois regimentos de Lutero. Mas acredito que ver a nítida distinção entre o mundo e a igreja e, mais importante, a facilidade com que os cristãos adotam as definições e suposições do mundo em cada uma dessas áreas pode nos levar a uma melhor compreensão e prática do ensinamento de Lutero. Acertar essa doutrina é importante não apenas para o bom e adequado funcionamento do mundo e de seus governos, mas é ainda mais importante para a prática fiel da igreja enquanto ela cuida de seu trabalho de proclamar o evangelho e testemunhar a verdade de Deus. Discernir e manter a tensão correta entre cooperação sem confusão e distinção sem divórcio nunca foi tão importante. O que está em jogo é muito mais do que recuperar o status e a influência da igreja no mundo ou mesmo restaurar a moral da cultura ao nosso redor que tem sido rasgada e destruída. Não, é muito mais urgente e essencial que a

igreja encontre clareza e coragem em seu testemunho. Ela deve fornecer a todos aqueles irremediavelmente perdidos e iludidos e escravos de seus próprios “eus” pecaminosos que a cercam no mundo uma declaração e promulgação assertiva do que Deus pretende para suas criaturas humanas. É hora de os cristãos do ocidente iluminado reconhecerem até que ponto eles adotaram as suposições e definições do mundo ao seu redor de forma inconsciente e sem questionar. É hora de eles serem a igreja. O trabalho pode começar aqui, em nosso canto luterano da igreja de Cristo. Nós somos a igreja. Precisamos agir como tal. O mundo está morrendo de vontade de ver, ouvir e experimentar nosso fiel testemunho da verdade de Cristo. É hora de seguirmos o ensino e o exemplo de Lutero e entregá-lo a eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIERMANN, Joel. *Wholly Citizens: God’s Two Realms and Christian Engagement with the World*. Minneapolis: Fortress Press, 2017.

BONHOEFFER, Dietrich. *Ethics*. Trad. Neville Horton Smith. Nova York: Touchstone, 1955.

HÜTTER, Reinhard. (Re-) Forming Freedom: Reflections “After *Veritatis Splendor*” on Freedom’s Fate in Modernity and Protestantism’s Antinomian Captivity.” *Modern Theology*, n.17:2, abr.2001.

LUTERO, Martinho. *Luther’s Works*. American Edition, v.31. Philadelphia: Fortress, 1957.

MELANCHTHON, Filipe. Confissão XVI de Augsburgo. In.: *Livro de Concórdia*. Trad. Arnaldo Schüler. 6. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2006.

TRUEMAN, Carl. *The Rise and Triumph of the Modern Self: Cultural Amnesia, Expressive Individualism, and the Road to Sexual Revolution*. Wheaton: Crossway, 2020.